

SEPLAG-RJ

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - RIO DE JANEIRO

**ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS
E GESTÃO GOVERNAMENTAL (EPPGG)
GESTÃO E GOVERNANÇA PÚBLICA**



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL V CONCURSO PÚBLICO

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✓ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✓ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✓ Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- ✓ Questões gabaritadas



Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br



SEPLAG - RJ

*Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
(EPPGG) – Gestão e Governança Pública*

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação, compreensão e organização estrutural de textos	1
Coesão, coerência e intertextualidade	2
Modos e tipos textuais; textos literários e não literários	9
Tipologia e estrutura da frase portuguesa	17
Operações de deslocamento, substituição, modificação e correção	20
Problemas estruturais; norma culta	25
Pontuação e sinais gráficos	31
Organização sintática, termos e orações; ordem direta e inversa	38
Tipos de Discurso	43
Registros e funções da linguagem; elementos dos atos de comunicação	48
Estrutura e formação de palavras	52
Abreviações	59
Classes de palavras e seus aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais	61
Modalizadores	74
Semântica, sentido próprio e figurado, antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos; polissemia e ambiguidade	74
Dicionários e organização de verbetes	80
Vocabulário, neologismos, arcaísmos, estrangeirismos e latinismos	86
Ortografia	92
Acentuação gráfica	97
Crase	99
Questões	101
Gabarito	108

LÍNGUA INGLESA

Compreensão e interpretação de textos em língua inglesa, identificando ideias principais e secundárias, informações explícitas e implícitas, finalidade, tema, contexto e relações de sentido	1
Vocabulário e expressões de uso frequente, incluindo reconhecimento de palavras cognatas, falsos cognatos, sinônimos, antônimos, palavras de sentido contextual e expressões idiomáticas básicas	2

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Aspectos gramaticais fundamentais: artigos definidos e indefinidos; substantivos; pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos e interrogativos; adjetivos e advérbios; preposições; conjunções; numerais.....	8
Verbos e estruturas verbais: presente, passado e futuro; verbos auxiliares e modais; formas afirmativa, negativa e interrogativa; verbos regulares e irregulares; imperativo; infinitivo e gerúndio.....	16
Estruturas sintáticas básicas: formação e ordem das palavras nas frases; concordância; perguntas e respostas; orações afirmativas, negativas e interrogativas; relações de causa, consequência, condição, finalidade, comparação e oposição.....	21
Elementos de coesão e coerência textual, incluindo conectores, pronomes, referências e mecanismos de articulação de ideias.....	27
Uso da língua inglesa em situações cotidianas, considerando contextos sociais, profissionais e comunicativos.....	34
Questões	38
Gabarito.....	49

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Proposições, valores-verdade, negação, conjunção, disjunção, implicação, equivalência e proposições compostas; equivalências lógicas; raciocínio envolvendo relações entre objetos, lugares, pessoas e eventos; diagramas lógicos, tabelas e gráficos.....	1
Conjuntos e operações; números naturais, inteiros, racionais e reais; operações e representação na reta	17
Unidades de medida.....	35
Plano cartesiano.....	41
Álgebra básica.....	44
Porcentagem e proporcionalidade direta e inversa.....	53
Sequências, reconhecimento de padrões e progressões aritmética e geométrica	59
Geometria básica, distâncias, ângulos, polígonos, circunferência, perímetro e área; semelhança e relações métricas no triângulo retângulo; medidas de comprimento, área e volume.....	63
Estatística básica: população e amostra; tipos de variáveis; organização e representação de dados; tabelas e gráficos; medidas de tendência central (média, mediana e moda) e de dispersão (amplitude, variância e desvio-padrão); noções de distribuição de frequência.....	76
Probabilidade.....	94
Questões	97
Gabarito.....	104

DIREITO CONSTITUCIONAL

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; princípios fundamentais; direitos e deveres individuais e coletivos	1
Organização político-administrativa e Estado federal brasileiro; União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios	10
Administração Pública, estruturas básicas, princípios constitucionais e servidores públicos	23
Poder Executivo, atribuições e responsabilidades do Presidente da República; Poder Legislativo, estrutura, funcionamento, atribuições, processo legislativo, fiscalização contábil, financeira e orçamentária e comissões parlamentares de inquérito; Poder Judiciário e disposições gerais; papel constitucional dos Tribunais de Contas	33
Funções essenciais à Justiça, Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública	79
Questões	87
Gabarito	96

DIREITO TRIBUTÁRIO

Conceito e princípios do Direito Tributário	1
Conceito e espécies de tributos; normas gerais; conceito e classificação dos tributos	7
Sistema Tributário Nacional; competência tributária; limitações constitucionais ao poder de tributar; princípios constitucionais tributários	12
Tributos de competência da União, dos estados e dos municípios	18
Repartição das receitas tributárias	51
Questões	58
Gabarito	67

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Modelos e paradigmas da Administração Pública	1
Origem e formação do Estado e da Administração Pública modernos; teorias de formação espontânea e contratual do Estado; modelos patrimonialista, burocrático e gerencial; pensamento de Weber e disfunções burocráticas; paradigmas contemporâneos, incluindo Nova Gestão Pública, pós-gerencialismo, Estado Neoweberiano, Nova Governança Pública, Governança de Valor, Joint-Up Governance e Whole-of-Governance	4
Evolução e reformas da Administração Pública brasileira	9

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Evolução da Administração Pública no Brasil; Estado oligárquico e patrimonial, Estado autoritário e burocrático, Estado de bem-estar e Estado regulador; Reforma Burocrática de 1936; Programa Nacional de Desburocratização; Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995; reformas constitucionais; redefinição do papel do Estado; reforma do serviço civil; mérito, flexibilidade e responsabilização; pacto federativo e relações intergovernamentais.....	11
Decreto-Lei nº 200/1967.....	17
Instrumentos e ferramentas de gestão pública	51
Avaliação de desempenho e resultados; flexibilidade organizacional; trabalho em equipe; cultura da responsabilidade; redes informacionais; reengenharia; benchmarking; qualidade e PQSP; aprendizagem organizacional	56
Planejamento estratégico	62
Comportamento e estrutura organizacional	72
Caracterização e atributos das organizações; estruturas organizacionais	73
Comportamento organizacional; motivação; clima e cultura organizacional.....	79
Gestão da mudança organizacional.....	84
Processos participativos, ética e integridade; Conselhos de gestão; orçamento participativo; parcerias entre governo e sociedade	91
Ética no exercício da função pública.....	95
Compliance na Administração Pública	101
Modernização, inovação e gestão pública contemporânea	107
Governabilidade, governança e accountability.....	114
Governo eletrônico e transparência	117
Comunicação e redes organizacionais.....	119
Tecnologias gerenciais e organizacionais	122
Inovação no setor público; laboratórios de inovação e fábricas de ideias	124
Eficiência, eficácia e efetividade; qualidade no serviço público	126
Organização como condicionante da gestão de políticas públicas	131
Questões	137
Gabarito.....	143

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Orçamento público: História, evolução e natureza jurídica do orçamento público; relações com as políticas fiscal, tributária e cambial.....	1
Orçamento na Constituição Federal de 1988.....	6
Lei de Diretrizes Orçamentárias	16
Lei Orçamentária Anual, caracterização, conteúdo, estrutura, classificações, elaboração, aprovação e prazos	16
Regra de Ouro e Regime Fiscal Sustentável, nos termos da Lei Complementar nº 200/2023.....	24

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Integração entre PPA, LDO e LOA; interfaces com a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000; créditos adicionais; orçamento tradicional, orçamento de base zero, orçamento por desempenho, orçamento-programa, orçamento participativo e orçamento cidadão	34
Receita, despesa e execução orçamentária	85
Classificações orçamentárias da receita e da despesa pública; fundamentos e utilização; receita pública, conceito, classificações, estágios, tributos e contribuições sociais; fontes de receita e de recursos; previsão e arrecadação; fixação da despesa; empenho, liquidação e pagamento; pré-empenho; descentralização interna e externa de créditos; abertura e reabertura de créditos adicionais; inscrição, cancelamento e execução de restos a pagar; despesas públicas, classificações e estágios; caráter autorizativo ou impositivo do orçamento; execução de programações incluídas ou acrescidas por emendas; geração de despesas obrigatórias; limites para despesas com pessoal; dívida pública e operações de crédito	90
Programação financeira, controle e prestação de contas. Instrumentos de movimentação e descentralização de créditos; programação financeira e cronograma de desembolso; execução do cronograma; suprimimento de fundos; prestação e tomada de contas; despesas de exercícios anteriores; relatórios de execução orçamentária, avaliação do cumprimento das metas fiscais e gestão fiscal, incluindo finalidade, estrutura e composição; abertura e utilização de créditos disponíveis	96
Questões	102
Gabarito	108

GESTÃO GOVERNAMENTAL

Administração E Organizações	1
Conceitos Fundamentais De Administração; Evolução Do Pensamento Administrativo; Abordagens Clássica, Humanista, Burocrática, Sistêmica E Contingencial	7
Administração Pública E Suas Transformações Contemporâneas	17
Dimensões Estruturais E Dinâmicas Das Organizações; Princípios De Organização; Estrutura Organizacional	22
Departamentalização, Conceitos, Tipos, Características, Vantagens E Desvantagens; Divisão E Especialização Do Trabalho; Centralização E Descentralização; Delegação; Coordenação Organizacional; Papéis, Competências E Habilidades Do Administrador; Organização Como Sistema	29
Funções E Processo Administrativo	35
Planejamento, Organização, Direção E Controle; Integração Das Funções Administrativas; Processo Administrativo; Administração Por Objetivos; Delegação E Descentralização	45
Comportamento Organizacional	51
Comportamento Humano Nas Organizações; Relação Entre Indivíduo E Organização; Percepção, Aprendizagem, Personalidade, Atitudes E Valores; Motivação E Comprometimento; Satisfação No Trabalho; Grupos E Equipes; Processos Sociais; Liderança E Estilos De Liderança; Comunicação Organizacional; Conflitos, Poder E Política; Cultura Organizacional	56

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Processo Decisório.....	62
Fundamentos Da Tomada De Decisão; Processo Racional De Solução De Problemas; Tipos De Decisões; Fatores Que Influenciam O Processo Decisório; Heurísticas E Vieses; Ferramentas De Apoio À Decisão; Decisão Individual E Coletiva; Tomada De Decisão Nas Organizações Públicas	65
Mudança E Aprendizagem Organizacional	70
Mudança Organizacional; Forças Internas E Externas Da Mudança; Processos De Mudança; Papel Do Agente De Mudança; Gestão Da Mudança; Organizações Como Comunidades De Conhecimento; Gestão Do Conhecimento; Aprendizagem Organizacional.....	76
Qualidade Na Administração Pública	81
Conceitos E Fundamentos Da Gestão Da Qualidade; Qualidade Na Administração Pública; Modelos De Excelência Gerencial; Principais Teóricos E Suas Contribuições; Melhoria Contínua; Ferramentas De Gestão Da Qualidade; Orientação Para Resultados E Qualidade Dos Serviços Públicos	83
Questões	89
Gabarito.....	96

GOVERNANÇA PÚBLICA

Fundamentos E Evolução Da Governança	1
Conceitos E Evolução Histórica Da Governança; Governança Corporativa E Governança Pública; Relações Entre Governança, Governabilidade E Gestão; Diferenças Entre Governança E Gestão; Princípios Da Governança Pública; Governança Interna E Externa; Desafios Contemporâneos; Governança Orientada À Geração De Valor Público.....	7
Governança Corporativa	12
Histórico E Principais Marcos Da Governança Corporativa; Conceitos Fundamentais; Objetivos E Princípios; Estruturas E Mecanismos De Governança; Relação Entre Governança, Gestão E Controle; Governança No Setor Público.....	18
Teorias Da Governança.....	24
Teoria Da Agência; Teoria Dos Stakeholders; Teoria Da Custódia; Teoria Da Dependência De Recursos; Teoria Da Firma; Custos De Transação; Abordagem Comportamental Da Governança.....	30
Estruturas E Órgãos De Governança.....	36
Estruturas De Governança; Conselhos De Administração E Fiscais; Comitês Técnicos E De Assessoramento; Diretoria Executiva; Secretarias E Unidades De Governança; Papéis E Responsabilidades; Relações Entre Órgãos De Governança, Gestão E Controle ...	41
Governança, Riscos E Controle	47
Governança E Sistemas De Controle; Gestão De Riscos Como Instrumento De Governança; Riscos E Compliance; Mecanismos De Controle Preventivos E Corretivos; Monitoramento E Avaliação; Auditoria E Governança; Integração Entre Governança, Gestão De Riscos E Controles Internos.....	52
Questões	58
Gabarito.....	66

SUMÁRIO



DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e Administração Pública; conceitos e elementos	1
Atos administrativos, conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; extinção dos atos por cassação, anulação, revogação e convalidação; decadência administrativa	5
Agentes públicos, espécies, cargos, empregos e funções públicas; provimento e vacância; efetividade, estabilidade e vitaliciedade; remuneração, direitos, deveres e responsabilidade; disposições constitucionais aplicáveis	11
Poderes hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; uso e abuso do poder	17
Regime jurídico-administrativo e princípios expressos e implícitos	21
Organização administrativa, centralização, descentralização, concentração e desconcentração; Administração direta e indireta; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista; entidades paraestatais e terceiro setor, incluindo serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público	26
Controle administrativo, judicial e legislativo	32
Licitações e contratos administrativos, princípios constitucionais e Lei nº 14.133/2021, incluindo âmbito de aplicação, princípios, definições, modalidades, critérios de julgamento, contratação direta, sistema de registro de preços, formalização, execução, duração, extinção e nulidade dos contratos, prerrogativas da Administração e irregularidades; convênios e transferências voluntárias	36
Lei nº 8.987/1995	121
Lei nº 11.079/2004	132
Lei nº 13.019/2014 e respectivas alterações	144
Questões	170
Gabarito	179

ATUALIDADES

Desafios ambientais no Brasil e no mundo; mudanças climáticas, transição energética, preservação da biodiversidade, segurança hídrica e desenvolvimento sustentável; transformações demográficas, sanitárias e sociais e seus impactos na qualidade de vida, nos sistemas de saúde e nas políticas públicas; inovações tecnológicas, inteligência artificial e automação e seus efeitos no mercado de trabalho, na educação e nas relações sociais; reconfigurações geopolíticas globais, disputas econômicas e tecnológicas, segurança internacional e seus reflexos para o Brasil; desigualdades sociais, inclusão, diversidade e equidade no acesso à educação, saúde, trabalho e segurança; redes sociais, plataformas digitais e inteligência artificial na produção, circulação e verificação de informações e combate à desinformação; políticas públicas e reformas fiscais, tributárias e administrativas no Brasil e seus impactos sociais e econômicos; cidadania, democracia, participação social e desafios da governança contemporânea	1
Questões	9
Gabarito	16



COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.

**READING COMPREHENSION**

Interpretar textos pode ser algo trabalhoso, dependendo do assunto, ou da forma como é abordado. Tem as questões sobre o texto. Mas, quando o texto é em outra língua? Tudo pode ser mais assustador.

Se o leitor mantiver a calma, e se basear nas estratégias do Inglês Instrumental e ter certeza que ninguém é cem por cento leigo em nada, tudo pode ficar mais claro.

Vejamos o que é e quais são suas estratégias de leitura:

► Inglês Instrumental

Também conhecido como Inglês para Fins Específicos - ESP, o Inglês Instrumental fundamenta-se no treinamento instrumental dessa língua. Tem como objetivo essencial proporcionar ao aluno, em curto prazo, a capacidade de ler e compreender aquilo que for de extrema importância e fundamental para que este possa desempenhar a atividade de leitura em uma área específica.

Estratégias de leitura

- **Skimming:** trata-se de uma estratégia onde o leitor vai buscar a ideia geral do texto através de uma leitura rápida, sem apegar-se a ideias mínimas ou específicas, para dizer sobre o que o texto trata.
- **Scanning:** através do scanning, o leitor busca ideias específicas no texto. Isso ocorre pela leitura do texto à procura de um detalhe específico. Praticamos o scanning diariamente para encontrarmos um número na lista telefônica, selecionar um e-mail para ler, etc.
- **Cognatos:** são palavras idênticas ou parecidas entre duas línguas e que possuem o mesmo significado, como a palavra “vírus” é escrita igualmente em português e inglês, a única diferença é que em português a palavra recebe acentuação. Porém, é preciso atentar para os chamados falsos cognatos, ou seja, palavras que são escritas igual ou parecidas, mas com o significado diferente, como “evaluation”, que pode ser confundida com “evolução” onde na verdade, significa “avaliação”.
- **Inferência contextual:** o leitor lança mão da inferência, ou seja, ele tenta adivinhar ou sugerir o assunto tratado pelo texto, e durante a leitura ele pode confirmar ou descartar suas hipóteses.
- **Reconhecimento de gêneros textuais:** são tipos de textos que se caracterizam por organização, estrutura gramatical, vocabulário específico e contexto social em que ocorrem. Dependendo das marcas textuais, podemos distinguir uma poesia de uma receita culinária, por exemplo.
- **Informação não verbal:** é toda informação dada através de figuras, gráficos, tabelas, mapas, etc. A informação não verbal deve ser considerada como parte da informação ou ideia que o texto deseja transmitir.
- **Palavras-chave:** são fundamentais para a compreensão do texto, pois se trata de palavras relacionadas à área e ao assunto abordado pelo texto. São de fácil compreensão, pois, geralmente, aparecem repetidamente no texto e é possível obter sua ideia através do contexto.
- **Grupos nominais:** formados por um núcleo (substantivo) e um ou mais modificadores (adjetivos ou substantivos). Na língua inglesa o modificador aparece antes do núcleo, diferente da língua portuguesa.
- **Afixos:** são prefixos e/ou sufixos adicionados a uma raiz, que modifica o significado da palavra. Assim, conhecendo o significado de cada afixo pode-se compreender mais facilmente uma palavra composta por um prefixo ou sufixo.
- **Conhecimento prévio:** para compreender um texto, o leitor depende do conhecimento que ele já tem e está armazenado em sua memória. É a partir desse conhecimento que o leitor terá o entendimento do assunto tratado no texto e assimilará novas informações. Trata-se de um recurso essencial para o leitor formular hipóteses e inferências a respeito do significado do texto.



LÓGICA PROPOSICIONAL

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e*; *ou*; *se*; *se, e somente se*). Enquanto a proposição composta é formada por duas ou mais proposições simples ligadas por esses conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”. Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdade.

A *tabela-verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela-verdade:

p	$\sim p$
V	F
F	V

A tabela-verdade de uma conjunção ($p \wedge q$) é a seguinte:

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas-verdade são as seguintes:

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$	$p \rightarrow q$	$p \Leftrightarrow q$	$p \vee q$
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

Note que quando tínhamos uma proposição, nossa tabela-verdade resultou em uma tabela com 2 linhas e quando tínhamos duas proposições nossa tabela era composta por 4 linhas.

A fórmula para o número de linhas se dá através de 2^n , onde n é o número de proposições.

Se tivéssemos a seguinte tabela-verdade:

p	q	r	$p \vee q \rightarrow r$
-----	-----	-----	--------------------------

Mesmo sem preenchê-la, podemos afirmar que ela terá 2^3 linhas, ou seja, 8 linhas.



DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)



CONCEITO

A primeira palavra utilizada para a descrição de tributo, foi “prestação”, haja vista que toda obrigação jurídica tem por objeto uma prestação, seja ela de dar, de fazer, de não fazer, etc. Logo, vê-se que o tributo tem natureza jurídica obrigacional.

O tributo possui conceito legal expresso no art. 3º do Código Tributário Nacional (CTN):

Art. 3º *Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.*

O tributo compõe-se de cinco elementos essenciais, quais sejam:

O tributo é prestação pecuniária, em moeda, ou cujo valor que nela se possa exprimir, ou seja, o tributo é uma obrigação mensurável economicamente, que deve ser cumprida, em regra, em dinheiro, na moeda corrente no País, o que exclui o pagamento do tributo por meio do recebimento de coisas ou através da prestação de serviços.

A exceção para este elemento é a dação em pagamento, prevista no art. 156, IX, CTN. Por esse instituto é possível que o devedor entregue para a Fazenda Pública um bem imóvel a fim de extinguir o crédito tributário.

O tributo é uma prestação compulsória, ou seja, na relação jurídico-tributária, diferentemente da relação contratual cível, não cabe manifestação de vontade das partes. Assim, a prestação é obrigatória porque decorre da vontade da lei, não cabendo disposição de vontade das partes.

O sujeito deve cumprir com a obrigação tributária não porque quer, mas porque realizou o fato gerador e, portanto, incidiu em hipótese que a lei determina o cumprimento de obrigação, qual seja, o pagamento.

O tributo não deve constituir sanção de ato ilícito e essa característica deve ser analisada sob dois ângulos:

I- Tributo não é sanção, não é penalidade, não é castigo, logo, ele não é instituído para punir o cidadão, ao contrário, o instrumento sancionatório é a multa.

II- Não se pode tributar ato ilícito, ou seja, não se pode ter por fato gerador de um tributo um ato ilícito. Isso não significa que a renda e os bens que são obtidos por meios ilícitos não estejam sujeitos à tributação.

Todo tributo é uma prestação instituída em lei, em decorrência do princípio da legalidade e do princípio democrático. Logo, somente a lei pode criar um tributo.

De acordo com o princípio da legalidade previsto no art. 5º, II, da Constituição Federal, somente a lei pode obrigar alguém a fazer ou deixar de fazer alguma coisa. Ora, se o tributo implica em obrigação, ele somente pode ser instituído mediante lei.

Deve o tributo ser cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada, o que significa que o agente público não exerce nenhum juízo de discricionariedade no que reporta à cobrança. Não se pode escolher entre cobrar ou não o tributo, ao contrário, deve-se total obediência à lei e se é a lei quem determina a cobrança, o agente obedece.

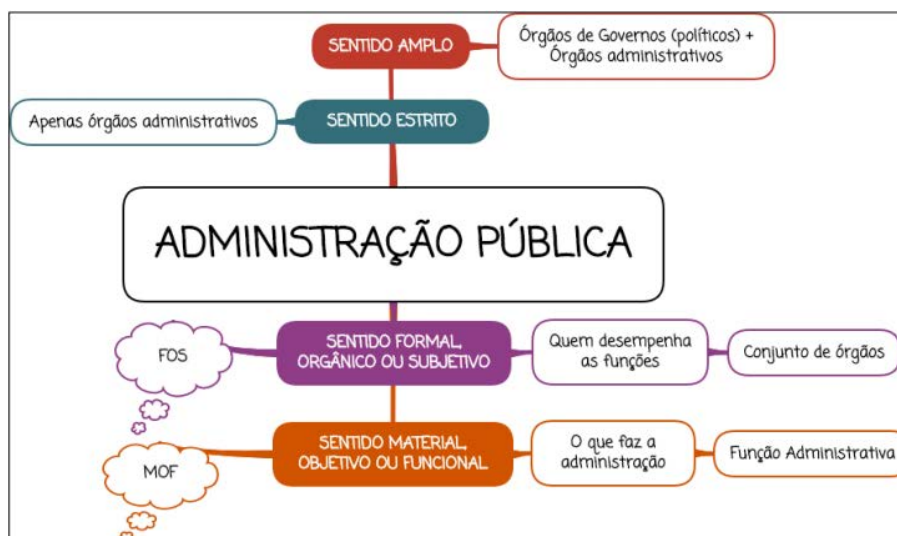
► Natureza jurídica

A natureza jurídica do tributo é regulamentada pelo art. 4º do Código Tributário Nacional:

Art. 4º *A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:*

I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei;

II - a destinação legal do produto da sua arrecadação.



A Administração Pública é uma área complexa que envolve a gestão de recursos e serviços voltados para o bem-estar da sociedade. Ao longo da história, diversos modelos teóricos foram propostos para compreender e orientar a prática da administração governamental.

Neste artigo, exploraremos alguns dos principais modelos teóricos de Administração Pública, suas características e abordagens.

► Modelo tradicional ou burocrático

O modelo tradicional ou burocrático na Administração Pública tem suas bases na teoria proposta por Max Weber, um renomado sociólogo e economista alemão. Este modelo é reconhecido por sua estrutura hierárquica, pela formalidade dos procedimentos, racionalidade na tomada de decisões e impessoalidade nas relações dentro da administração.

Na abordagem burocrática, as organizações públicas são estruturadas em uma hierarquia clara de autoridade, onde cada nível tem suas responsabilidades e competências definidas. As regras e regulamentos são estabelecidos de forma precisa e objetiva, buscando garantir a previsibilidade e a uniformidade nas ações governamentais. Isso significa que os procedimentos são padronizados e seguidos rigorosamente, minimizando a margem para interpretações subjetivas.

Um dos princípios centrais desse modelo é a racionalidade na tomada de decisões. As decisões administrativas são baseadas em critérios objetivos e técnicos, não influenciadas por interesses pessoais ou políticos. Dessa forma, busca-se garantir a eficiência na execução das tarefas, evitando desvios e favorecimentos.

A impessoalidade é outro aspecto fundamental do modelo burocrático. Os funcionários públicos são tratados de forma igualitária, independentemente de suas características pessoais ou sociais. O mérito e a competência técnica são os critérios valorizados para a ascensão na carreira e a realização das atividades.

No entanto, apesar de suas vantagens em termos de eficiência e previsibilidade, o modelo burocrático também recebe críticas. Uma delas é a rigidez excessiva, que pode tornar o sistema lento e pouco adaptável a mudanças. Além disso, a burocracia pode criar distanciamento entre os órgãos governamentais e a população, dificultando a compreensão e o acesso aos serviços públicos.



O orçamento público é a expressão, em termos financeiros e programáticos, das escolhas que o Estado pretende executar em determinado período. Ele não se reduz a uma planilha de entradas e saídas, porque articula autorização legislativa, planejamento governamental, gestão do caixa e prestação de contas. A lei orçamentária estima receitas e fixa despesas, permitindo que a sociedade e os órgãos de controle conheçam como os recursos públicos serão mobilizados e aplicados. Ao mesmo tempo, a autorização não significa que toda dotação será necessariamente gasta: a execução depende de condições legais, fiscais, administrativas e financeiras que se verificam ao longo do exercício.

► Orçamento como instrumento jurídico, financeiro e de planejamento

Sob a dimensão jurídica, a despesa depende de autorização orçamentária adequada, salvo hipóteses excepcionais tratadas pelo próprio sistema constitucional e legal. Sob a dimensão financeira, o orçamento organiza o fluxo esperado de recursos e orienta a compatibilização entre compromissos e disponibilidade de caixa. Sob a dimensão de planejamento, ele transforma objetivos públicos em programas, ações, metas e dotações. Essas três funções se reforçam. Uma prefeitura que pretenda ampliar a coleta seletiva, por exemplo, precisa inserir a iniciativa em sua programação, prever os recursos necessários, observar a finalidade da dotação e ajustar o cronograma de contratação à arrecadação efetiva. A existência de crédito orçamentário é condição relevante, mas não substitui a análise da execução financeira nem os controles do procedimento administrativo.

Unidade, universalidade e anualidade

Os princípios orçamentários dão coerência ao sistema. A unidade orienta a formação de uma visão integrada do orçamento do ente, evitando peças desconectadas que dificultem o conhecimento global das finanças públicas. A universalidade exige que receitas e despesas abrangidas pelo orçamento sejam nele compreendidas, reduzindo espaços de execução paralela e favorecendo transparência. A anualidade vincula a autorização orçamentária a um exercício financeiro, ainda que o planejamento público alcance períodos mais longos e certas obrigações produzam efeitos além de um ano. A articulação entre essas ideias permite distinguir planejamento plurianual de autorização anual: um investimento pode integrar uma política continuada, mas sua execução em cada exercício precisa encontrar suporte no orçamento correspondente.

A tabela apresenta como princípios diferentes protegem dimensões distintas da gestão e por que seu uso combinado é mais importante que uma leitura isolada.

Princípio	Finalidade central	Efeito prático	Risco quando ignorado
Unidade	Integrar a visão orçamentária do ente	Facilita leitura global de receitas e despesas	Fragmentação da informação
Universalidade	Abranger receitas e despesas pertinentes	Reduz execução paralela e amplia transparência	Omissão de fluxos relevantes
Anualidade	Delimitar temporalmente a autorização	Vincula a execução ao exercício	Confusão entre planejamento e autorização
Exclusividade	Preservar o objeto próprio da lei orçamentária	Evita matérias estranhas ao conteúdo orçamentário	Uso inadequado da lei para temas desconexos

A exclusividade busca impedir que a lei orçamentária seja convertida em veículo para matérias sem pertinência com previsão de receita e fixação de despesa, ressalvadas autorizações que a própria ordem constitucional admite. Outros princípios, como legalidade, publicidade, transparência, especificação e equilíbrio,



A administração é uma ciência social aplicada que busca otimizar o uso dos recursos disponíveis para alcançar objetivos previamente definidos. Sua importância é inegável tanto no setor público quanto no privado, pois todas as organizações, independentemente do tamanho ou finalidade, dependem de uma gestão eficiente para prosperar. Neste texto, abordaremos os conceitos básicos de administração e as características fundamentais das organizações, explorando desde as definições essenciais até as teorias que embasam a prática administrativa.

A administração surgiu como uma resposta às necessidades de organizar e coordenar as atividades humanas em escala crescente. No início do século XX, o rápido crescimento industrial e a complexidade das operações empresariais exigiram um estudo mais aprofundado e sistemático das técnicas de gestão. Desde então, a administração evoluiu, incorporando novos conhecimentos e adaptando-se às mudanças do ambiente econômico e social.

Entender os conceitos básicos de administração é crucial para qualquer profissional, independentemente de sua área de atuação. A capacidade de planejar, organizar, dirigir e controlar é essencial para o sucesso em qualquer empreendimento. Além disso, conhecer os diferentes tipos de organizações e suas peculiaridades ajuda a aplicar as melhores práticas de gestão de acordo com o contexto específico de cada entidade.

O estudo das teorias administrativas oferece uma visão abrangente e multifacetada da gestão. Cada teoria traz contribuições valiosas, ajudando a entender como as organizações funcionam e como podem ser gerenciadas de forma mais eficaz. Desde a abordagem clássica, focada na eficiência e na divisão do trabalho, até a teoria dos sistemas, que enfatiza a interdependência e a interação com o ambiente externo, as teorias administrativas fornecem um arcabouço teórico robusto para a prática gerencial.

► Definição de Administração

A administração é uma disciplina que se ocupa do planejamento, organização, direção e controle dos recursos organizacionais, com o objetivo de alcançar metas estabelecidas de maneira eficiente e eficaz. Em um contexto amplo, pode ser vista como a coordenação de atividades para atingir objetivos comuns dentro de uma organização, seja ela pública ou privada, lucrativa ou não lucrativa.

Aspectos Fundamentais da Administração

Para compreender plenamente a administração, é essencial considerar alguns de seus aspectos fundamentais:

- **Processo Administrativo:** A administração é um processo contínuo e dinâmico que envolve diversas atividades inter-relacionadas. Este processo é composto por quatro funções básicas: planejar, organizar, dirigir e controlar. Cada uma dessas funções desempenha um papel crucial no funcionamento das organizações.
- **Recursos Organizacionais:** Os recursos que a administração gerencia podem ser divididos em quatro categorias principais:
 - **Humanos:** Envolvem o gerenciamento de pessoas, incluindo contratação, treinamento, desenvolvimento e motivação dos colaboradores.
 - **Financeiros:** Envolvem a administração de recursos monetários, incluindo orçamento, contabilidade e controle financeiro.
 - **Materiais:** Envolvem o gerenciamento de bens tangíveis, como equipamentos, instalações e matérias-primas.
 - **Informacionais:** Envolvem a gestão da informação, incluindo a coleta, processamento e disseminação de dados relevantes para a tomada de decisão.
- **Eficiência e Eficácia:** Dois conceitos centrais na administração são eficiência e eficácia:



Governança designa o conjunto de arranjos pelos quais uma organização ou sistema coletivo recebe direção, distribui autoridade, supervisiona resultados e exige prestação de contas. Seu foco não é apenas executar tarefas, mas estabelecer quem pode definir rumos, com quais limites, a partir de quais informações e sob quais formas de responsabilização. Esse sentido institucional explica por que a governança se torna especialmente relevante quando decisões afetam muitos grupos, envolvem recursos escassos ou precisam sobreviver a mudanças de dirigentes.

► **Coordenação, direção e legitimidade**

A coordenação é necessária porque atividades interdependentes não produzem bons resultados apenas por coexistirem. Em uma rede estadual de serviços de saúde, por exemplo, hospitais, municípios, centrais de regulação, laboratórios e fornecedores podem cumprir suas rotinas e ainda assim gerar filas, vazios assistenciais ou duplicidade de esforços. A governança cria critérios comuns para definir prioridades, organizar responsabilidades e resolver impasses que ultrapassam a competência isolada de cada participante. A direção fornece unidade de propósito; a legitimidade sustenta a aceitação das decisões.

Autoridade para definir rumos

Autoridade de governança não se confunde com poder irrestrito. Ela depende de mandatos claros, limites decisórios e mecanismos que permitam verificar se a orientação adotada corresponde à finalidade institucional. Em ambientes públicos, a autoridade se ancora em competências formalmente atribuídas e deve ser exercida de modo compatível com o interesse coletivo. Uma instância de direção pode, por exemplo, determinar que uma rede de saúde priorize redução de espera em determinadas linhas de cuidado, mas não precisa decidir escala de trabalho de cada unidade. A boa arquitetura separa decisões de rumo das escolhas operacionais.

Prestação de contas como contrapartida do poder

Quanto maior a capacidade de influenciar objetivos, recursos e riscos, maior deve ser a obrigação de explicar decisões e responder por seus efeitos. Prestação de contas envolve clareza sobre responsabilidades, registro das deliberações, disponibilidade de informação relevante e possibilidade de questionamento. Não se resume à publicação de dados; exige conexão entre decisão, justificativa, execução e resultado observado. Quando um colegiado aprova prioridade estratégica, deve existir um fluxo que permita acompanhar sua implementação e identificar se desvios decorrem de premissas inadequadas, dificuldades de gestão ou mudanças externas.

► **Da hierarquia isolada à coordenação entre atores**

A evolução da governança acompanha o reconhecimento de que muitos problemas não cabem em uma cadeia única de comando. Organizações continuam precisando de hierarquia para distribuir funções e garantir disciplina, mas frequentemente dependem de contratos, cooperação, pactos, redes e instâncias colegiadas. A combinação dessas formas reduz a ilusão de que todo resultado pode ser produzido por uma autoridade central. Em políticas ambientais, por exemplo, a recuperação de uma bacia hidrográfica pode exigir atuação convergente de órgãos ambientais, municípios, empresas, produtores rurais e usuários da água.

Limites do comando administrativo puro

A hierarquia é eficiente quando as tarefas são relativamente previsíveis e a autoridade possui informação suficiente para padronizar condutas. Seus limites aparecem quando conhecimento, recursos e capacidade de execução estão dispersos. Uma decisão central pode ser formalmente válida e ainda fracassar porque depende de atores que não estão subordinados à mesma chefia. A governança responde a esse problema por meio de pactuação de objetivos, fóruns de decisão, regras de compartilhamento de informação e mecanismos de acompanhamento. Isso não elimina conflitos, mas os torna tratáveis dentro de uma estrutura reconhecida.

**ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: NOÇÕES FUNDAMENTAIS****► Conceito de Estado****Estrutura política, jurídica e territorial**

O Estado é a organização política e jurídica formada para ordenar a vida em sociedade, exercer autoridade sobre determinado território e buscar a realização do interesse público. No Direito Administrativo, o Estado é compreendido como pessoa jurídica de Direito Público, capaz de adquirir direitos, assumir obrigações, prestar serviços, editar normas, exercer poderes e responder por seus atos.

O Estado não se confunde com Governo nem com Administração Pública. Ele é a estrutura permanente. O Governo corresponde à direção política temporária dessa estrutura. A Administração Pública é o conjunto de órgãos, entidades e agentes que executam concretamente as atividades administrativas.

► Elementos constitutivos do Estado**Povo, território e soberania**

Tradicionalmente, o Estado é formado por três elementos essenciais: povo, território e soberania. O povo representa o elemento humano, isto é, o conjunto de pessoas vinculadas juridicamente ao Estado. O território é o espaço físico sobre o qual o Estado exerce sua autoridade. A soberania é o poder de autodeterminação, que permite ao Estado organizar-se internamente e relacionar-se externamente com independência.

Elemento	Significado
Povo	Conjunto de pessoas vinculadas ao Estado
Território	Espaço onde o Estado exerce sua autoridade
Soberania	Poder de autodeterminação política e jurídica

► Finalidade do Estado**Realização do interesse público**

A finalidade do Estado é promover o bem comum, organizar a convivência social, garantir direitos, manter a ordem jurídica e prestar atividades necessárias à coletividade. Para isso, utiliza o Governo como centro de direção política e a Administração Pública como instrumento de execução prática das decisões estatais.

GOVERNO: CONCEITO, FUNÇÃO POLÍTICA E DIREÇÃO DO ESTADO**► Conceito de Governo****Comando político do Estado**

Governo é o conjunto de órgãos e agentes responsáveis pela direção política do Estado. Ele define prioridades, estabelece programas, conduz políticas públicas e orienta a atuação estatal conforme o projeto político escolhido legitimamente. Enquanto o Estado é permanente, o Governo é temporário, pois muda conforme eleições, mandatos e alternância de poder.



► Crise ambiental e mudanças climáticas

Causas, riscos e desigualdades climáticas

A mudança climática resulta principalmente do aumento da concentração de gases de efeito estufa decorrente da queima de combustíveis fósseis, do desmatamento, de mudanças no uso da terra, de processos industriais e de determinadas práticas agropecuárias. O aquecimento altera padrões de temperatura e precipitação, intensifica ondas de calor e pode ampliar secas, chuvas extremas, incêndios e outros eventos de alto impacto. O problema é simultaneamente ambiental, econômico e social: afeta infraestrutura, produção de alimentos, geração de energia, saúde, habitação e finanças públicas.

Os impactos não se distribuem de forma uniforme. Populações de baixa renda, moradores de áreas de risco, povos tradicionais, agricultores dependentes do regime de chuvas e grupos com menor acesso a serviços públicos tendem a ter menor capacidade de proteção e recuperação. Daí surge o conceito de justiça climática, segundo o qual políticas de enfrentamento devem considerar tanto a responsabilidade pelas emissões quanto a desigualdade de vulnerabilidades.

Mitigação e adaptação

Mitigação significa reduzir emissões ou ampliar a remoção de gases de efeito estufa; adaptação significa diminuir danos associados a impactos climáticos já presentes ou esperados. As duas estratégias são complementares. Uma política climática consistente combina descarbonização da economia com cidades resilientes, sistemas de alerta, infraestrutura preparada para extremos, proteção de ecossistemas e planejamento de saúde.

Para diferenciar os principais instrumentos, é útil observar suas funções:

- **Mitigação:** energias de baixo carbono, eficiência energética, controle do desmatamento, restauração florestal e redução de emissões industriais.
- **Adaptação:** drenagem urbana, defesa civil, segurança hídrica, agricultura adaptada ao clima e proteção contra ondas de calor.
- **Transição justa:** políticas de qualificação, proteção social e desenvolvimento regional para que os custos da transformação não recaiam desproporcionalmente sobre trabalhadores e grupos vulneráveis.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!